



## ENTREVISTA COM ANDRÉ PEREIRA BOTELHO

Abril de 2007

*André Botelho possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994), mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1997) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2002). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Pensamento Social Brasileiro, atuando principalmente nos seguintes temas: intelectuais, Estado-nação, modernidade, mudança social e interpretações do Brasil.*

### **REVISTA HABITUS: O que o motivou a escolher a carreira de cientista social?**

**ANDRÉ BOTELHO:** Creio que um dos motivos principais que me levou a cursar Ciências Sociais foi a inquietação provocada, desde a infância, pela convivência com a diversidade de mundos e tempos sociais e a desigualdade social do nosso país. Mas uma “escolha” pela carreira, propriamente dita, só ocorreu no processo de aprendizado e pesquisa sistemáticos, sobretudo após o mestrado.

### **REVISTA HABITUS: Por que se especializar na área de Pensamento Social Brasileiro?**

**ANDRÉ BOTELHO:** Minha “especialização” como pesquisador da área só ocorreu na pós-graduação e de modo bem contingente. Embora tenha participado da seleção para área de Sociologia Rural, na qual fiz ao longo dos quatro anos de graduação minha Iniciação Científica, acabei ao final do primeiro ano do mestrado em Sociologia da UNICAMP encaminhando-me para a área de Pensamento Social. Minha experiência na Iniciação Científica havia despertado e, como percebo mais claramente hoje, imposto a necessidade de compreender problemas relativos à própria formação da sociedade brasileira e de ganhar perspectiva histórica para o entendimento de temas contemporâneos. Encontrava-me, àquela altura, particularmente interessado em compreender as relações entre a recriação de formas tradicionais de dominação no campo e o caráter autoritário da modernização capitalista brasileira, problemática que, num certo sentido, retomo em uma das minhas pesquisas atuais.

Essa “migração” de área de pesquisa envolveu também toda sorte de contingências, das quais me lembro de uma muito especial: ao final do meu primeiro ano de mestrado, ainda não tinha definido sequer a orientação, o que, então, me levou involuntariamente à Coordenação da Pós-graduação para dar “explicações”. O fato era que as experiências intelectuais de que vinha gozando não se materializavam no mesmo *time* em formulações mais precisas sobre o projeto de pesquisa que eu deveria desenvolver e, também, por definições institucionais de seu encaminhamento. Mas quis a fortuna que o cargo fosse então ocupado pela Professora Elide Rugai Bastos, uma das principais pesquisadoras da área de Pensamento Social no Brasil. Apresentei-me à professora e a ela as minhas inquietações teóricas além de algumas possibilidades (um pouco

disparatadas) de projetos. Não me recordo bem de quantas conversas tivemos, mas ao final do ciclo de formalidades institucionais, acertamos que ela própria iria orientar-me em projeto sobre o tema da educação na obra de Manoel Bomfim, com a qual já entrara em contato em disciplina ministrada na graduação pelo Professor Aluizio Alves Filho. Como fui percebendo, a mudança da área de Sociologia Rural para a de Pensamento Social que vinha experimentando de modo algo dramático, não apenas não era idiossincrática, como atestava a trajetória da própria orientadora, como não significava uma ruptura com as questões teóricas e históricas que haviam despertado o meu interesse na primeira área e seduzido de modo contundente na segunda.

**REVISTA HABITUS: Após concluir a graduação em Ciências Sociais na UFRJ, você foi para a UNICAMP para fazer o mestrado e doutorado. Por que essa mudança e depois por que voltar à UFRJ?**

**ANDRÉ BOTELHO:** A escolha pela UNICAMP, pelo que me lembro, deveu-se, basicamente, à forte impressão que a leitura de livros de Octavio Ianni, então seu Professor Titular de Sociologia, deixou em mim durante a graduação, ainda que esse contato não tenha se dado exclusivamente nas suas disciplinas. Além disso, atraía-me a idéia de mudar de cidade, conhecer novo ambiente intelectual e novas pessoas.

Minha volta para o IFCS deveu-se a um convite, para mim bastante surpreendente, feito pela Professora Glaucia Villas Bôas para fazer um estágio de Recém-Doutor (modalidade de bolsa do CNPq que já nem existe mais) no Departamento de Sociologia. Digo surpreendente porque essa não era uma possibilidade sequer aventada até o final do meu doutorado, pois, na verdade, já tinha tudo mais ou menos encaminhado, dentro de um projeto CAPES/COFECUB, para um pós-doutorado na França, quando Glaucia me fez o convite num seminário em Campinas. A possibilidade de me engajar em atividades docentes e, sobretudo, de trabalhar com uma das mais respeitadas pesquisadoras da área me fez optar pela volta ao Rio.

Quanto a minha permanência no IFCS desde a bolsa de “Recém-Doutor”, iniciada em 2003, no entanto, o processo também foi, necessariamente, marcado por muita contingência, inclusive pelo fato de não ter sido aprovado em primeiro lugar em concurso que fiz para a UNICAMP, em 2004, e em seleções para a Universidade de Lisboa e outras instituições em 2006. Minha disponibilidade para outras instituições se deveu, obviamente, ao fato de não ter havido, nos primeiros anos, concursos para o Departamento de Sociologia do IFCS, o que, enfim, aconteceu em 2005 e 2006, tendo sido aprovado em primeiro lugar num dos concursos deste último ano. Esta parece ser uma trajetória, aliás, característica entre os doutores da minha geração. Felizmente pude esperar e insistir na tentativa de me integrar oficialmente à instituição que, enfim, acabei escolhendo para trabalhar.

**REVISTA HABITUS: Quão importante foi a influência de seus orientadores em sua trajetória acadêmica?**

**ANDRÉ BOTELHO:** Bem, eu tive duas orientadoras acadêmicas. Na graduação, a Professora Neide Esterci, hoje minha colega no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia e a quem devo os estímulos e os instrumentos cruciais para a investigação científica que ainda constituem meu manancial particular de orientação, por assim dizer. No mestrado e no doutorado

minha orientadora foi a Professora Elide Rugai Bastos, cuja influência intelectual, dadas as particularidades da pesquisa na pós-graduação, creio, seja mais direta. Eu mesmo entendo meu trabalho, em parte, como um desenvolvimento de questões colocadas nos trabalhos da Elide. O fato de serem duas profissionais experientes, extremamente inteligentes e dedicadas à orientação dos estudantes com respeito e apreço pela pluralidade e pelo rigor acadêmico certamente continua decisiva para minha visão das Ciências Sociais, do cientista social e da universidade pública.

Gostaria de mencionar, no entanto, algo que, ao lado das orientações acadêmicas que tive o privilégio de receber, entendo como fundamental na minha formação. Refiro-me à formação efetivamente integrada entre ensino e pesquisa a que tive acesso desde a graduação e, sobretudo, a importância do trabalho de pesquisa em equipe. Minha experiência de Iniciação Científica desenvolveu-se ao longo dos quatro anos de graduação no Núcleo de Estudos Rurais (NUER) do Laboratório de Pesquisa Social (LPS), do qual, num certo sentido, sinto-me mesmo criatura. O LPS era composto por vários núcleos temáticos, os quais reuniam diferentes linhas de pesquisa, professores e alunos em diferentes níveis de formação.

No caso da pós-graduação, central para minha formação foi o Centro de Estudos Brasileiros (CEB). Participei da fundação do CEB em 1996 e ao longo dos 7 anos de pós-graduação na UNICAMP envolvi-me intensamente em suas atividades acadêmicas. E mesmo depois de me doutorar tenho, felizmente, mantido colaboração regular com a instituição (atualmente como seu Diretor Associado). O CEB constitui um fórum de debates e um pólo aglutinador de pesquisadores de diferentes áreas de Ciências Humanas voltados para a investigação das peculiaridades da formação social brasileira; entendendo esta enquanto forma particular de realização do sistema capitalista *vis-à-vis* às experiências clássicas do capitalismo originário e às formações sociais latino-americanas, com as quais o país compartilha semelhanças significativas e diferenças profundas. Nos seminários anuais e nos grupos de estudos mantidos regularmente, com a participação de estudantes e professores, durante alguns anos semanalmente, tive a oportunidade de conhecer e aprofundar a discussão de temáticas centrais em teoria sociológica e pensamento social.

Essas experiências ensinaram-me sobre a importância do trabalho de pesquisa em equipe de modo integrado entre graduação e pós-graduação. Algo que, creio, ainda não está suficientemente generalizado nas Ciências Sociais, mas que eu e Glaucia Villas Bôas temos procurado imprimir às nossas orientações e atividades no Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura (NUSC).

**REVISTA HABITUS: Quais autores influenciam sua produção acadêmica? Você, ao longo de seus estudos, “abandonou” algum autor que antes tinha como referência?**

**ANDRÉ BOTELHO:** Penso que minhas pesquisas na área de Pensamento Social Brasileiro estão marcadas teoricamente pela concepção e discussão crítica do mundo social como compreendendo não apenas estruturas e recursos materiais, como também imateriais – culturais e políticos; e de como estes últimos, em interação histórica contingente com os primeiros, influenciam a or-

dem social de que fazem parte e também são elementos relevantes para as possibilidades da mudança social e da formação dos seus portadores sociais. Problemática teórica a que venho me dedicando justamente ao investigar as chamadas “interpretações do Brasil” e suas relações com a formação da sociedade brasileira, ou, em termos mais abstratos, o papel das idéias como forças sociais. A crença, presente em parte da Sociologia Contemporânea, de que as idéias seriam pouco relevantes nos processos de mudança social, a despeito da dimensão potencialmente crítica que encerra, já que voltada contra a pretensão de que possam governar soberanamente o mundo social, acaba por obscurecer, todavia, o seu papel como forças sociais reflexivas na configuração da ação, das relações sociais, da sociedade e das relações de poder que isso sempre implica. Há aí um desafio analítico crucial que é o de completar o movimento característico da Sociologia do Conhecimento, segundo o qual idéias são socialmente construídas, para buscar as formas pelas quais estas constituem o social, fazem parte da construção social. Nesse sentido, creio ser necessário desfazer-nos de princípios formais previamente estabelecidos em termos de “idealismo” ou “materialismo”, para buscar através da pesquisa tipos especiais de correspondência sobre as múltiplas conexões de sentido que as idéias podem manifestar na sociedade, dependendo das circunstâncias históricas e da força social que assumem em relação aos interesses materiais e imateriais. Significando isso, basicamente, no caso das minhas pesquisas, que é preciso repensar as “interpretações do Brasil” como - ao lado de constituírem, também elas, modalidade de interpretação social -, num certo sentido, matrizes do Brasil como Estado-nação; cuja efetivação depende, no entanto, das forças sociais e políticas em jogo na sociedade e dos próprios portadores sociais que as realizem.

A esse propósito, não vejo exatamente um autor que eu pudesse apontar como uma influência direta, até porque, devo dizer, penso mais em termos de tradições intelectuais e campos problemáticos, do que em autores específicos. Nesse sentido, a Sociologia Histórica é a tradição teórica a partir da qual desenvolvo minhas pesquisas; especialmente suas vertentes atentas ao processo intersubjetivo de constituição de sentido no mundo social e à indagação se aquilo que os atores e grupos sociais pensam sobre a mudança social desempenha algum papel para que eles passem à ação, influenciando o próprio curso e as perspectivas da mudança. Para minha formação, contudo, não minimizo a importância que, dentro dessa tradição intelectual, tiveram as formulações de Karl Marx, entendendo sua obra antes como uma teoria *crítica do capitalismo* do que como uma *teoria geral da história*, e as de Max Weber sobre as relações entre as esferas de autoridade, interesse material e orientação de valor sobrepostas na vida social - para me deter apenas aos clássicos da disciplina. No mesmo sentido, no que diz respeito à minha compreensão do Brasil, destacaria as formulações de Florestan Fernandes e da chamada “Escola sociológica paulista” sobre os “dilemas” da sociedade brasileira relacionados ao estilo próprio conferido à implantação e consolidação do capitalismo no seu interior. Fora da sociologia em sua acepção disciplinar especializada, eu destacaria, quanto à metodologia de análise das idéias, os trabalhos de Quentin Skinner sobre “contextualismo lingüístico”; e, no caso do Brasil, os trabalhos do teórico da literatura Roberto Schwarz sobre as implicações ideológicas e estéticas do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e a ambivalência ideológico-moral entre ideário burguês e patriarcalismo inscrita na conduta dos grupos sociais engendrados na vida social brasileira.

**REVISTA HABITUS: Você no momento está desenvolvendo dois projetos de pesquisa: *Mudança social, solidariedade e autoridade. Aspectos teóricos da formação de uma Sociologia Política no Brasil e Passagens para o Brasil: Estado-nação, pensamento social, reflexividade*; gostaríamos que você apresentasse um pouco os dois e apontasse quais seus objetivos neles.**

**ANDRÉ BOTELHO:** O objetivo da pesquisa *Mudança social, solidariedade e autoridade. Aspectos teóricos da formação de uma Sociologia Política no Brasil* é investigar a formação de uma “Sociologia Política” no Brasil *vis-à-vis* à de um campo problemático que, dialogando com interpretações “clássicas” sobre as relações entre público e privado na sociedade, busca entender a particular configuração histórica da construção do Estado-nação no Brasil. Esta questão substantiva do projeto, e em torno da qual se forma a “Sociologia Política” nele enfocada, é tratada teoricamente como o processo de formação da comunidade política típica da modernidade que envolve, sobretudo, a articulação de dois aspectos cruciais: a burocratização do poder público e a formação de uma solidariedade social adequada a este tipo de autoridade. Trata-se, especificamente, de investigar a “recepção” de teses de Oliveira Vianna em diferentes pesquisas desenvolvidas desde a década de 1940, na Universidade do Brasil, e de 1950, na Universidade de São Paulo. *Lutas de Família no Brasil*, de 1946, de Luís de Aguiar Costa Pinto; *Coronelismo, enxada e voto*, de 1949, de Victor Nunes Leal; *Política, ascensão social e liderança num povoado baiano*, de 1962, e *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*, de 1976, de Maria Isaura Pereira de Queiroz (este último reunindo trabalhos produzidos desde a década de 1950); e *Homens livres na ordem escravocrata*, de 1969, de Maria Sylvia de Carvalho Franco são destacados nesse sentido. Mesmo reagindo criticamente de maneiras direta ou indireta ao caráter autoritário e ao sentido teleológico das proposições de Oliveira Vianna, as pesquisas destacadas expressam, no entanto, a capacidade demonstrada pela obra do ensaísta de Saquarema de interpelar, também no plano cognitivo, as Ciências Sociais no enfrentamento de certas questões repostas no desenvolvimento da sociedade. Trata-se, segundo a hipótese geral da pesquisa, da formação de um campo problemático substantivo no qual mais do que simplesmente relacionar política e sociedade, ambiciona-se especificar os fundamentos e a dinâmica social da dominação política brasileira. É nele que ganham inteligibilidade as tendências metodológicas já presentes em *Populações meridionais do Brasil* a relacionar aquisição, distribuição, organização e exercício de poder político à estrutura social. Movimento analítico que configura, num certo sentido, a precedência lógica da *Sociologia* sobre a *Política*.

No caso de *Passagens para o Brasil: Estado-nação, pensamento social, reflexividade*, a pesquisa propõe rediscutir alguns ensaios clássicos de “interpretação do Brasil”, publicados nas décadas de 1920-30, que formularam a tese da hipertrofia do privado, identificado à família de tipo patriarcal como a agência crucial de coordenação da vida social que se veio formando desde a colonização portuguesa, em relação a uma esfera pública atrofiada identificada ao Estado. Nesta vertente interpretativa destacam-se novamente *Populações meridionais do Brasil*, mas também *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *A ordem privada e a organização política nacional*, de Nestor Duarte. Embora relacionada à questão substantiva do projeto anterior, qual seja, o valor heurístico do relacionamento público/privado abordado nesses ensaios para a discussão dos impasses do Estado-nação no Brasil,

aprofundo neste projeto uma compreensão sociológica das “interpretações do Brasil” não como descrições externas, mas antes constitutivas enquanto forças sociais do próprio processo de nacionalização da vida social. Em suma, essas sugestões teóricas são cruciais porque permitem rediscutir as “interpretações do Brasil” num outro patamar analítico, perscrutando a sua contribuição para a criação de um espaço social de comunicação entre dimensões distintas da sociedade brasileira, operando, nela, como um tipo de metalinguagem do próprio Estado-nação.

**REVISTA HABITUS: Pode-se perceber a recorrência do tema nacional em suas pesquisas, atuais e finalizadas; gostaríamos de saber por que enfrentar o desafio de (re)pensar o Brasil.**

**ANDRÉ BOTELHO:** Sim, pode mesmo parecer suspeito retomar a discussão do processo de construção do Estado-nação no Brasil num contexto que, como o contemporâneo, parece marcado para alguns pela pulverização dos valores, práticas e instituições associados à constelação política da sociedade moderna, que parecem em “risco” face à reestruturação das relações e processos sociais operada pela chamada globalização. E o que dizer então dos intelectuais modernos cujo protagonismo social esteve tão estreitamente ligado à formação do Estado-nação? Sem pretender negligenciar as mudanças em curso, mas tampouco corroborar uma visão disjuntiva sobre elas, eu considero, como vários autores, que o Estado-nação constitui um processo histórico e não uma forma de organização social e institucional acabada. Isso fica claro, por exemplo, quando percebemos como as tendências conflitantes que moldam o mundo contemporâneo associadas à globalização parecerem ainda embaraçadas no que diz respeito aos desafios de forjar alternativas às identidades coletivas do Estado-nação, ou às suas inovações políticas como a democracia participativa e às idéias concomitantes de cidadania. Isso para não falar que, embora as demandas por direitos possam se articular “globalmente”, o Estado-nação permanece como o âmbito da sua efetivação. Já que se trata de um construto histórico, por outro lado, não é razoável imaginar que o Estado-nação permanecerá indefinidamente, o que não significa, no entanto, que as sociedades poderão prescindir de alguma articulação entre “solidariedade social” e “autoridade pública”. Mas ainda que a chamada hipótese do fim do Estado-nação venha a se mostrar correta num futuro próximo ou distante, permanece de pé a necessidade de decifrar sua herança social, cultural e política; uma vez que, como ensina a Sociologia Histórica, nenhuma inovação institucional se faz num vazio de relações sociais e as próprias decisões do passado moldam em parte significativa as possibilidades do futuro.

Quanto ao meu interesse, associado a esta problemática, pelo Pensamento Social Brasileiro, creio que persistem ainda hoje algumas perspectivas que, demasiado ordeiras (e mesmo ingênuas), acabam freqüentemente favorecendo algumas simplificações bastante tenazes. Como, por exemplo, aquelas que ainda consideram suficiente identificar as “interpretações do Brasil” como “ideologias” que o conhecimento sistemático produzido após a institucionalização das Ciências Sociais relegou - ou deveria ter relegado - à categoria de conhecimento pré-científico ou antiquário sem maior significação para a sociedade e para a Sociologia Contemporâneas. Essas são questões com as quais todo analista da área cedo ou tarde se confronta, e que, como alguns já observaram antes de mim, não resistem ao fato de que, por exemplo, se nós não pensarmos as relações que produzem e reproduzem historicamente o peculiar protagonismo social dos nossos

intelectuais, ninguém os pensará por nós (sugiro a esse respeito a leitura do número 54 (2001) de *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, cujo tema é “Pensar o Brasil”). Em suma, o que se coloca em questão, como sugere Elide Rugai Bastos em vários dos seus trabalhos, é que sem compreender tanto as idéias como o lugar social dos intelectuais é impossível apreender o movimento geral da sociedade brasileira.

**REVISTA HABITUS: Parece haver uma forte ligação intelectual sua com a literatura, o que fica sugerido nos cursos de Sociologia da Literatura que você eventualmente oferece e na inspiração para os títulos de seus livros *O Aprendizado do Brasil e O Brasil e os dias, que parecem aludir, respectivamente, a Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister, de Goethe, e a Os prazeres e os dias, de Marcel Proust. Gostaríamos de entender um pouco melhor esta sua ligação com a literatura e o que estes títulos representam nas teses dos próprios livros.***

**ANDRÉ BOTELHO:** A prosa de ficção tem sido uma companheira cotidiana desde que fui alfabetizado, e há muito estou convencido da sua capacidade de interpelação aos interessados na vida social. Sou especialmente interessado pelo romance realista nacional e estrangeiro. Mas foi na disciplina “Sociologia da Literatura” ainda na graduação, ministrada por Ana Maria Galano, que descobri que meu interesse até então clandestino pela ficção não apenas tinha lugar na Sociologia, como possuía significação especial no caso brasileiro, dada a longa tradição de “levantamento da realidade social” a que, na ausência de disciplinas institucionalizadas, a ficção brasileira atribuiu a si própria. Tarefa a que esteve presa justamente até a institucionalização das Ciências Sociais e na qual fora substituída pela Sociologia como padrão hegemônico do mundo intelectual a partir dos anos 1930. Menciono também as disciplinas que fiz durante a pós-graduação sobre Sociologia da Literatura com Octavio Ianni e Marisa Lajolo no próprio Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP como muito importantes na minha formação. Na pesquisa de mestrado trabalhei com os livros de leituras brasileiros da Primeira República e alguns estrangeiros, na de doutorado, com a obra de um historiador e crítico literário, além de poeta. Desde que vim para o IFCS tenho ministrado disciplinas tanto na graduação quanto na pós-graduação sobre literatura e sociedade e mantido grupos de estudos regulares no Núcleo de Pesquisa em Sociologia da Cultura – NUSC – sobre o tema. Atualmente, no contexto da minha pesquisa *Passagens para o Brasil*, estou trabalhando com os romances de Nestor Duarte.

No que diz respeito aos títulos dos meus livros, em *Aprendizado do Brasil* analiso o livro de leitura *Através do Brasil* (1910), de Manoel Bomfim e Olavo Bilac, aparentemente escrito nos moldes dos romances de formação europeus, mas que cumpre, no entanto, função inversa, já que diferentemente daqueles, que buscam definir para o indivíduo os papéis sociais a serem desempenhados na sociedade, no Brasil, a nação é o sujeito coletivo do processo de formação. Já em *O Brasil e os dias*, quis enfatizar como o “Brasil” adquire no modernismo o papel de tema organizador da cultura e como o projeto modernista envolvia tanto uma concepção do tempo que procurava articular passado-presente-futuro, quanto um trabalho de rotinização cotidiana de práticas e valores culturais e políticos para a nacionalização da vida social brasileira.

**REVISTA HABITUS: No livro *O Brasil e os dias. Estado-nação, modernismo e rotina intelectual*, você analisa a trajetória e as idéias de Ronald de Carvalho, poeta e escritor modernista carioca comprometido com a “missão” de construção de um estado nacional e de solução dos “males” do Brasil. Como nele se coloca o debate**

**sobre a construção do Estado-nação e o papel dos intelectuais no contexto presente, marcado pela crescente globalização do mundo?**

**ANDRÉ BOTELHO:** Em *O Brasil e os dias. Estado-nação, modernismo e rotina intelectual* o desafio assumido é o de decifrar o legado político-cultural do Estado-nação brasileiro do passado para o *presente*, já que a forma pela qual se deu historicamente a sua construção afeta diretamente o exercício da cidadania. Considerando que as “interpretações do Brasil” também integram aquele legado, reorientei a análise dos textos de Ronald de Carvalho perguntando o que afinal esse modernista estava *fazendo* ao escrever seus numerosos artigos, conferências e ensaios, procurando distinguir a interpretação dos significados desses textos, de modo articulado à sua trajetória intelectual, dos seus efeitos discursivos e sociais mais amplos e duradouros. Desse modo, como argumentei no livro, a análise sociológica das suas representações antiliberais e autoritárias sobre o relacionamento Estado e sociedade conseqüente à condição histórica dos processos de mudança social, permite reconhecer tanto a simbiose histórica entre Estado e nação, e o problema da necessária e constante adequação entre “autoridade pública” e “solidariedade social” via processos ideológicos, quanto qualificar, no plano metodológico, o caráter de forças sociais reflexivas das idéias.

O trabalho inscreve-se num movimento analítico mais amplo, originalmente ligado a uma das linhas de pesquisa do Centro de Estudos Brasileiros da UNICAMP, voltada para a recuperação e discussão do pensamento conservador brasileiro, cujos modos de pensar e valores contribuíram para mover a sociedade brasileira em uma determinada direção. Essa dimensão deve interessar aqueles que estão voltados para o estudo dos efeitos sociais das idéias, porque ela é fundamental para se compreender como se constitui no Brasil uma cultura política que não apenas mostra-se avessa ao pensamento sistemático e é afeita a improvisações, mas também menospreza a desigualdade que marca a sua sociedade. E, sobretudo, avessa à democracia, não acredita na ação coletiva e favorece a que o homem comum não leve a sério os seus iguais. A preocupação de revelar o caráter ideológico presente em tais proposições levou a que se considerassem as ações inspiradas nelas como não relevantes, pois expressivas de uma “falsa consciência”, e, desse modo, a que se negligenciasse a vigência dessas formas de pensar no âmbito da cultura política. A questão crucial, que essas colocações suscitam, nos remete à necessidade de compreender de que maneira, no âmbito do senso comum, as idéias desses pensadores desconsiderados como conservadores se imbricaram com as ações ordinárias do homem comum e consolidaram, ao longo do tempo, um modo de pensar o país que se tornou hegemônico. Não é suficiente, portanto, mostrar a debilidade conceitual ou a falta de rigor de determinados autores para se fazer a crítica do pensamento conservador, pois este pensamento está em grande medida consolidado como cultura política.

**REVISTA HABITUS:** Em seu livro *Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais*, você faz um questionamento da posição de Manoel Bonfim e Olavo Bilac de que se poderia atingir a redenção do atraso nacional através da educação, posição que, ainda hoje, parece gozar de ampla aceitação no senso comum e nos discursos políticos. Gostaríamos falasse um pouco sobre o caráter atual desse questionamento.

**ANDRÉ BOTELHO:** Pesquisando o conjunto da obra de Bomfim, discuti sua tese de que a educação constituiria um meio de *reforma moral* da sociedade como condição da formação da nação e da cidadania no Brasil, tese recorrente e ainda vigente na sociedade brasileira. Procurei mostrar, de um lado, que ao tomar como premissa que os sistemas educacionais moldariam as sociedades, Bomfim introduz a idéia de *mudança social* no âmbito mais amplo do debate -sobre a formação do povo e a organização da sociedade. O que não era pouco. Assim procedendo, pôde afastar-se dos paradigmas naturalistas hegemônicos à época, constituindo-se, nesse processo, num dos principais artífices do que chamei de *ideologia da educação como redenção do atraso* na Primeira Re-pública, para a qual concorreram tanto elementos liberais e con-ser-vadores como, sobretudo, positivistas. De outro lado, perguntando pelo sentido sociológico daquela ideologia naquele contexto social específico, pude constatar e discutir suas relações com o processo articulado de modernização e construção do Estado-nação no Brasil das primeiras décadas republicanas. Tendo em vista a tran-sição social marcada pela Abolição da escravidão e pela República, argumentei que embora persistisse o problema da so-cia-lização do trabalho livre, a defesa da educação passava a ser vis-lumbrada, sobretudo, como meio privilegiado do desenvolvimento da “solidariedade social” enquanto meio de adequação dos cidadãos à “autoridade pública” do Estado-nação em construção.

Embora, sem dúvida, as coisas tenham mudado bastante e se tornado bem mais complexas desde então, ainda é estarrecedor que a alfabetização integre programas políticos dos mais diferentes matizes ideológicos, porque evidencia que o problema do analfabetismo e suas conseqüências no que diz respeito à negação das possibilidades emancipatórias de indivíduos e grupos sociais ainda não foram resolvidos em nossa sociedade. De outro lado, vejo que vários projetos e programas contemporâneos incorrem muitas vezes na mesma posição – ingênua ou interessada – de Bomfim e Bilac: a de negligenciar que são as sociedades em suas relações e conflitos concretos consti-tu-tivos que definem seus ideais de educação, e não o contrário. Se a educação tem-se revelado historicamente como fator de mo-bilidade social, esta não possui a universalidade muitas -vezes entrevista, justamente porque é sempre recriada hierarquicamente segundo as divisões constitutivas da sociedade, e não podendo em si mesmo modificar a estrutura social, o conhecimento pode continuar mais ou menos como privilégio e distinção na sociedade.

**REVISTA HABITUS: Mesmo com uma carreira acadêmica bastante ativa, você se tornou um ativo Coordenador do Curso de Ciências Sociais da UFRJ, dedicando-se a atividades por vezes puramente burocráticas. O que o levou a essa decisão?**

**ANDRÉ BOTELHO:** Uma das vantagens de estar numa universidade pública de excelência como a UFRJ é que você não apenas tem chances cotidianas de aprender mais em termos teóricos e empíricos, em nosso caso, sobre Ciências Sociais, mas também sobre o significado radical de “público”. Atividades puramente burocráticas, como perguntado, por mais enfadonhas que possam ser e difíceis de serem realizadas com competência e sentido universal expressam uma das condições republicanas das nossas universidades: a da autonomia e responsabilidade da administração junto ao coletivo de professores, funcionários e estudantes. Minha motivação pessoal para exercer essa função vem desse sentido de responsabilidade pública e do sentimento de que, apesar de muitos avanços, ainda há o que fazer para fortalecer a universidade republicana como

um todo; e, no caso da coordenação do curso, em termos de procedimentos, decisões e projetos que garantam e ampliem os serviços e a sua qualidade voltados especialmente aos estudantes. Nesse sentido, tem sido fundamental o apoio da Diretoria Acadêmica, dos meus colegas integrantes da Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico e dos servidores técnicos da universidade envolvidos na coordenação do curso.

**REVISTA HABITUS: Qual sua opinião sobre a grade curricular do curso de Ciências Sociais?**

**ANDRÉ BOTELHO:** Minha visão pessoal – no sentido de que dela, felizmente, não há como decorrer nenhuma interferência direta – é a de que nossa grade curricular precisa de algumas modificações que dotem o curso de maior dinamismo. Como, por exemplo, creio que há uma presença quase excessiva de disciplinas obrigatórias de outras áreas, quando o mais apropriado, a meu ver, seria uma ampliação das possibilidades de escolhas individuais dos estudantes em cursarem as disciplinas de outras áreas do IFCS e da universidade de acordo com seus interesses, o que implica em alguma quebra de pré-requisitos das disciplinas. Ou ainda, creio ser preciso ampliar a noção de créditos para atividades complementares à formação em sala de aula, como atividades de pesquisa e de extensão universitária de qualidade.

**REVISTA HABITUS: Como você enxerga a atual situação da UFRJ e das Universidades Públicas em geral, especialmente agora que é Coordenador de Curso?**

**ANDRÉ BOTELHO:** A universidade pública tem cumprido um papel crucial na sociedade brasileira, não apenas no sentido – imprescindível - de formação e produção de conhecimento científico, como também no sentido de um processo civilizatório republicano. Muitos dos problemas que enfrentamos na universidade são decorrentes dos dilemas e desafios da sociedade brasileira mais ampla na qual, afinal, ela está inserida, o que certamente não nos exime de enfrentá-los de maneira democrática e criativa. Assim, por exemplo, destacaria o baixíssimo percentual de jovens em idade de formação universitária que encontram lugar nas universidades públicas. Esse é um problema grave que exige políticas públicas consistentes e que, de fato, vem sendo enfrentado nos últimos anos tanto internamente na UFRJ, como no conjunto do Ministério da Educação. Fico muito preocupado, no entanto, quando problemas de natureza macro-sociológica são atribuídos às universidades como sendo seus vícios idiossincráticos, e quando soluções – sempre mais ou menos voluntaristas – são buscadas em formulações não-universalistas e, mais ainda, no alargamento das chamadas “interfaces” da universidade com as demandas do mercado, dos grupos de interesses e do próprio Estado. Para mim, o papel social da universidade pública é interpelar criticamente a sociedade em seu conjunto, e, para cumpri-lo, deve ser garantida a sua autonomia.

No caso da UFRJ, do ponto de vista do curso de Ciências Sociais, temos alguns desafios estruturais a enfrentar, especialmente importante, para mim, a criação de um curso noturno que garanta um acesso mais democrático à universidade pública. Embora verifiquem-se algumas especificidades na UFRJ, tenho conversado regulamente com colegas de outras universidades federais que também estão na coordenação dos seus cursos de Ciências Sociais, temos, então, trocado

experiências e tentado discutir mais conjuntamente os desafios que enfrentamos no exercício da função.

**REVISTA HABITUS: Qual a especificidade que você vê na Sociologia em relação às outras áreas das Ciências Sociais?**

**ANDRÉ BOTELHO:** É muito difícil falar em “especificidade” da Sociologia. Não apenas porque as relações que ela estabelece com outras disciplinas e com o chamado “senso comum”, a partir das quais busca definir sua identidade cognitiva, são histórica e contextualmente (em termos nacionais) muito cambiantes, como também porque inexistem condições teóricas e empíricas para que amplos consensos cognitivos mesmo em seu interior disciplinar possam ser atingidos. Do mesmo modo, estou convencido de que mais do que um corpo de objetos de investigação, a Sociologia caracteriza-se enquanto método de abordagem da vida social – é por isso, como lembro sempre aos estudantes, que Durkheim não apenas escreveu *As regras do método sociológico*, mas depois disso, *O suicídio*. Feitas essas ressalvas, creio que uma marca forte da imaginação sociológica, tal como nos foi legada pelos clássicos da disciplina, é a preocupação com o movimento social visto em sua totalidade, isto é, uma perspectiva que busca dar conta não apenas da dimensão da socialização dos atores sociais, como também dos processos de institucionalização da vida social. É claro, de um lado, que essa preocupação não está presente de modo uniforme no interior da Sociologia, bem como, de outro, não está ausente da preocupação de certas vertentes da Antropologia e da Ciência Política.

**REVISTA HABITUS: A partir desse ano se tornou obrigatório para todas as escolas ter no currículo do Ensino Médio a disciplina de Sociologia. Qual sua opinião sobre essa obrigatoriedade?**

**ANDRÉ BOTELHO:** Não tenho ainda uma posição definida sobre a questão, embora tenda a considerar problemática mais uma “obrigatoriedade” para o Ensino Médio. A proposta e sua aprovação, no dia 07 de julho do ano passado, pela Câmara de Ensino Básico do Conselho Nacional de Educação – CNE –, foram acompanhadas por intenso debate onde, entre vários pontos que suscitaram polêmica, destaca-se o papel atribuído à Sociologia de instrumento de formação da cidadania como justificativa para a sua inclusão obrigatória no Ensino Médio. Nesse sentido, a polêmica repõe uma questão perene e, em verdade, constitutiva da identidade disciplinar da Sociologia desde a sua invenção: se voltada para a crítica da ordem existente, ou se antes mobilizada como técnica de planejamento racional do social. Certamente, a aprovação da resolução não elimina o debate que se vinha travando sobre vários aspectos da proposta e suas consequências, mas o recoloca noutro patamar, pois agora se trata de avaliar tais questões num horizonte em que se fazem urgentes respostas intelectuais e institucionais consistentes por parte da universidade sobre o possível impacto que a resolução causará. A expectativa é que a medida favoreça o aumento do número de postos no mercado profissional abertos atualmente aos sociólogos e que isso crie um impacto na estrutura atual da universidade. Por isso, faz-se urgente ampliar e aprofundar a agenda de debates então em curso de modo que questões como a qualificação profissional dos estudantes e o próprio perfil curricular do curso, possam ser repensadas e, eventualmente, redefinidas.

**REVISTA HABITUS: Como você analisa o espaço para a produção acadêmica na graduação e pós-graduação?**

**ANDRÉ BOTELHO:** No que diz respeito ao curso de Ciências Sociais da UFRJ, nossa produção acadêmica é em grande parte de reconhecida excelência. Temos combinado, a meu ver, com sucesso, a integração entre ensino – a transmissão do conhecimento acumulado – com a pesquisa – a produção de conhecimento novo. O fato de contarmos em nossos quadros docentes com um número relevante de excelentes pesquisadores já propicia uma relação nova e dinâmica com o conhecimento na própria sala de aula, como algo a ser construído face aos desafios teóricos e empíricos que nos interpelam contemporaneamente. Além disso, a Iniciação Científica continua sendo um instrumento imprescindível nesse processo de formação, que visa, em grande medida, assegurar nossas expectativas de que a produção universitária de conhecimento no futuro próximo seja não apenas garantida como possa ser aperfeiçoada. É certo que a Iniciação Científica, assim como a Pós-graduação, não precisa ser pensada exclusivamente como meio de reprodução dos seus atuais quadros docentes, mesmo porque o mercado de postos para os cientistas sociais é não apenas mais amplo, como bastante dinâmico. De todo modo, é inegável que o fortalecimento da qualidade do ensino na graduação trará vantagens para todos, inclusive para a pós-graduação.

Especificamente no que se refere à pós-graduação, vivemos um contexto de grande competitividade que, se tem permitido alguns avanços importantes, sem uma ponderação sobre as especificidades das Ciências Humanas em geral relativamente às Ciências Naturais (das quais em grande medida decorre o modelo de avaliação oficial), pode vir a constranger a produção de conhecimento relevante; uma vez que, impelidos que estamos, sobretudo, a publicarmos numa escala e velocidade inauditas, sobra pouco tempo para decantarmos os problemas e amadurecermos as formulações das questões que enfrentamos no cotidiano da pesquisa. Não se trata de fazer apologia ao “ócio criativo”, mas não dá para ignorar que o perfil cognitivo e a organização social da produção acadêmica noutras áreas de conhecimento são relativamente simplificados quando comparados aos das Ciências Sociais. Muitas vezes ouvimos que o problema é, então, das Ciências Sociais que precisam se “modernizar” e abandonar o caráter “artesanal” da sua produção, mas vejamos apenas um exemplo crucial, o da linguagem. As Ciências Naturais, por exemplo, operam com uma linguagem de antemão codificada e universal, especialmente a matemática, enquanto no nosso caso, como vários autores já mostraram, a falta de consenso sobre questões empíricas e não empíricas torna o “discurso” – enquanto modo de argumentação mais geral e especulativo -, e não apenas a “explicação”, um traço constitutivo do campo das Ciências Sociais. Não creio que devamos recuar, pois como sugeri vejo muitas conquistas na existência de uma política nacional integrada para a pós-graduação, mas precisamos fortalecer nossa posição enquanto parte integrante da comunidade científica no sentido de garantirmos uma maior pluralidade nos procedimentos e valores de avaliação a que estamos sujeitos – os quais, às vezes, podem ser, de fato, meramente extra-científicos.

**REVISTA HABITUS: Qual a relevância do cientista social na sociedade atual? Qual é sua percepção da situação das Ciências Sociais no Brasil hoje – seus principais problemas e perspectivas?**

**ANDRÉ BOTELHO:** Quando do falecimento do Professor Octavio Ianni, em abril de 2004, escrevi que o desaparecimento dos intelectuais públicos em geral, nos coloca diante do destino da utopia na sociedade contemporânea e assim nos convida a repensar a vida intelectual que temos levado e que queremos viver. Gostaria de retomar aqui brevemente a reflexão que fiz naquela oportunidade. Lembrava que o exercício da sociologia como “vocação íntima”, no sentido identificado por Max Weber, não significa indiferença em relação aos graves problemas sociais. Durante muito tempo, contudo, o debate esteve marcado pela questão do engajamento ou não do cientista social na sociedade, relegando-se a um segundo plano as conseqüências sociais das suas atividades como cientista da sociedade. O tema central hoje, creio, é o da “responsabilidade” do cientista social. Esta, ao contrário do que possam sugerir as diferentes perspectivas que acabam por submetê-la aos mais diferentes compromissos, apenas aumenta na medida em que a Sociologia se desenvolve como disciplina e ganha autonomia relativa, pois como qualquer outra forma de poder também o conhecimento sociológico traz ao menos virtualmente os seus “demônios”. Noutras palavras, a ênfase no debate sobre as diferentes concepções mais ou menos voluntaristas acerca do papel social dos cientistas sociais nem sempre favoreceu o reconhecimento da própria particularidade da relação das Ciências Sociais com seu objeto. Particularidade referida ao fato de que as formas de conhecimento sobre o social têm conseqüências práticas para a sociedade, ou ainda, que as práticas sociais são afetadas pelo constante reexame a que são submetidas a partir das informações produzidas sobre elas. Essa relação, como observa, entre outros, Anthony Giddens, é marcada por uma “hermenêutica dupla”, na medida em que tanto o desenvolvimento das Ciências Sociais é influenciado pelas noções produzidas pelos agentes sociais, como as noções cunhadas nas Ciências Sociais sempre retornam rotineiramente ao universo das ações onde foram inicialmente formuladas para explicá-lo. Assim, como Ianni alertava, sem discutir o tema da responsabilidade do cientista social enquanto cientista social permanece maior o risco da Sociologia tornar-se incapaz de transcender a ordem constituída, como crítica do existente; e acabar por desempenhar meramente o papel de instrumento de adequação técnica de meios a fins em sociedades, também por isso, marcadas por uma esfera pública cada vez mais estreita e uma participação democrática cada vez mais reduzida. 🌐